

A “Sociedade da Informação”: os mitos da Tecnologia e da Economia. Uma análise em termos de Economia Política

Alain Herscovici *

Hoje, vários discursos sociológicos, antropológicos e econômicos apresentam esta sociedade da informação como uma nova sociedade na qual haveria transparência da informação, na qual esta informação seria disponível para o maior número de indivíduos para um custo muito baixo, e na qual os mercados seriam, finalmente, concorrenciais. Em outras palavras, esta sociedade “informacional” se caracterizaria por rupturas fundamentais em relação à sociedade industrial: rupturas sociológicas, em relação à instauração de uma democracia digital, rupturas econômicas com a chamada “nova economia”. A partir de uma abordagem crítica, queremos questionar a natureza dessas rupturas e ver em que medida essas podem ser interpretadas como a continuação de um processo de longo prazo, totalmente coerente com as evoluções históricas do capitalismo.

Faremos tal análise a partir de uma abordagem em termos de Economia Política: isto implica em:

i) historicizar as diferentes categorias analíticas;

ii) conceber o mercado como uma instância social que não é nem autoreguladora nem auto-suficiente; ao contrário, a partir dos instrumentos analíticos fornecidos por Marx, da economia institucionalista, assim como dos trabalhos de história e de sociologia econômica, conceberemos o mercado como um mecanismo social que só pode ser analisado em função da existência de variáveis institucionais “externas” e de determinadas mediações simbólicas; são essas variáveis extra-econômicas” que permitem estudar as modalidades concretas e históricas de reprodução do sistema ³⁹;

iii) refutar, conseqüentemente, as análises que partem da hipótese, implícita ou explícita, da autonomia do Econômico e/ou da tecnologia.

* Doutor em Economia pelas universidades de Paris I e de Picardie, membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Comunicação (NEXO) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor do Departamento de Economia da UFES. (e-mail: alhersco.vix@zaz.com.br)

³⁹ Vicent Mosco, “Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique” in *Réseaux volume 18 n.101/2000*: “essas abordagens se inspiram em “práticas institucionais e em teorias marxistas”, p.95.

De fato, pretendemos privilegiar o conceito de *lógicas sociais*⁴⁰; essas se relacionam tanto com as lógicas setoriais relativas à Cultura, à Informação e à Comunicação, quanto com suas articulações com as lógicas globais de acumulação. As lógicas setoriais se relacionam com os seguintes elementos: as modalidades de financiamento e de valorização econômica dos diferentes serviços e produtos- as modalidades de inserção do trabalho artístico/intelectual no processo de produção - as especificidades dos processos de produção e de difusão em função da natureza técnica do ramo – as modalidades de formação do uso social da tecnologia. No que diz respeito às lógicas globais, utilizaremos os conceitos de regime de acumulação e de modo de regulação, da maneira como eles foram concebidos pelos teóricos da escola francesa da regulação⁴¹; a este respeito, é importante ressaltar a relação que existe entre essas lógicas setoriais e as lógicas globais de acumulação: cada modo de regulação produz determinado Sistema de Informação e de Comunicação (SIC) que é compatível com essas lógicas globais; a partir de tal perspectiva, as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) nasceram de uma lógica pós-fordista, por parte excludente.

Numa primeira parte, analisaremos a natureza das rupturas sociológicas e econômicas que caracterizam esta sociedade da informação; numa segunda parte, mostraremos, a partir da análise econômica, porque esta nova economia não se traduz por uma intensificação da concorrência, conforme afirmam os economistas do *mainstream*.

D) Os questionamentos a respeito da “sociedade da informação”.

1) Uma abordagem a partir da antropologia e da História

1.1 O conceito de história cumulativa

O conceito de história cumulativa desenvolvido por Levi-Strauss⁴² mostra que, a partir da abordagem antropológica, uma civilização precisa manter um nível mínimo de informação sem o qual ela iria desaparecer. O raciocínio de Levi-Strauss é o seguinte:

i) as técnicas de produção material, as Ciências e as Artes (agricultura, ciência, trabalho dos diferentes materiais etc.) são o produto de certos tipos de informações transmitidas pelas gerações anteriores, no seio de determinada civilização⁴³. Este processo permite dominar a natureza e torna possível a evolução de determinadas civilizações. Neste

⁴⁰ Jean-Michel Salaün, “L'aménagement de la Culture” in *Médias et Communication en Europe*, sous la direction de Bernard Miège, PUG, Grenoble, 1990.

⁴¹ Ver, por exemplo, Robert Boyer, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, La Découverte, Paris, 1987.

⁴² Claude Levi-Strauss, *Race et Histoire*, Editions Denoël, Paris, 1987.

sentido, trata-se da transmissão intertemporal de informação; as diferentes formas de conhecimento assim como as diferentes técnicas podem ser concebidas como uma acumulação de trabalho “cristalizado” na técnica atual.

ii) a história de uma civilização se torna cumulativa a partir do momento que ela consegue acumular uma multiplicidade de invenções que vão no mesmo sentido ⁴⁴; além de determinada massa crítica, a história se torna cumulativa e certas sínteses se efetuam, provocando um processo cumulativo e gerando assim revoluções e mudanças fundamentais no que diz respeito às relações entre o homem e a natureza assim como entre os homens. Houve, na História da humanidade, duas revoluções deste tipo: a revolução neolítica e a revolução industrial do século XVIII.

iii) O fato da história de uma civilização se tornar cumulativa pode ser explicado a partir de um cálculo em termos de probabilidades: se um jogador na roleta espera fazer uma série de 5 números consecutivos, isto pode demorar muito tempo, ou não acontecer, no caso de um número finita de experiências; se dois jogadores juntam seus resultados, é altamente provável que o tempo no qual eles conseguem realizar uma série de 5 números consecutivos seja menor. De fato, quanto maior o número de jogadores, menor o tempo necessário para realizar essas séries. Assim, quanto maior a colaboração entre as diferentes culturas, maior a probabilidade de alcançar um nível a partir do qual a história se torna cumulativa. É preciso manter desvios diferenciais para diversificar o “jogo” a disposição de cada cultura: esta diferenciação pode ser obtida internamente, a partir de uma diversificação e de uma complexificação da estruturação social, ou externamente, pelo viés do intercâmbio entre culturas diferentes. É preciso, de fato, diversificar e ampliar as informações à disposição de cada cultura para tentar gerar tal processo cumulativo.

Assim, as sociedades humanas evoluem entre um nível ótimo e um nível mínimo de diversidade ⁴⁵, ou seja, de informações que elas conseguem tratar e ordenar. É importante, a partir desta abordagem antropológico, questionar a pertinência do conceito de “sociedade da informação”:

i) podemos já observar que cada sociedade humana utiliza determinada quantidade de informação para se reproduzir e evoluir; de maneira análoga, a história da arte ou das técnicas permitiria chegar ao mesmo tipo de conclusões;

⁴³ Idem, p. 62.

⁴⁴ Ibid, p. 63.

⁴⁵ Ibid., p. 15

ii) o que diferencia, do ponto de vista antropológico, esta “sociedade da informação”? Talvez, seja apenas a quantidade e a velocidade com a qual as informações circulam tanto entre as diferentes sociedades quanto dentro delas. Duas questões podem ser levantadas: primeiro, a diferença entre esta sociedade da informação e a sociedade anterior (industrial) é de grau ou de natureza? Em seguida, será que esta sociedade da informação representa uma revolução no sentido empregado por Levi-Strauss?

iii) se na técnica já está embutida uma certa quantidade de informação, e se o desenvolvimento técnico e tecnológico implica na capitalização e no aumento do conhecimento acumulado ao longo do tempo, o que diferencia a produção material da produção imaterial? Nos dois casos, há transmissão de informação.

1.2 Mercados, redes e evoluções históricas de longo prazo

Do ponto de vista mais geral e, até uma certa medida, formal, o mercado pode se definir como uma rede dentro da qual circulam informações, bens e serviços. Para os economistas neoclássicos, o sistema de preço divulga a informação necessária e os bens e os serviços são trocados; no âmbito de uma abordagem heterodoxa, as instituições organizam a informação ⁴⁶ e permitem coordenar a atuação dos agentes.

Braudel já mostrou que o capitalismo nasceu nas esferas do comércio e das finanças internacionais; desde o final do século XIV, os mercadores têm uma atividade alheia à produção que nasce da ausência de relações diretas entre os produtores e os consumidores ⁴⁷: enquanto as trocas diretas se traduzem por estruturas concorrenciais e transparentes dos mercados, as trocas indiretas administradas pelos mercadores apresentam as seguintes características:

- elas são não-concorrenciais e permitem, assim, a apropriação de rendas de monopólio;
- o fato de ter certas informações “privilegiadas” permite aproveitar oportunidades financeiras e comerciais;
- tendo em vista a lentidão dos transportes e dos meios de comunicação, é preciso estar inserido em “várias redes de informação” ⁴⁸;

⁴⁶ Alain Herscovici, "Instabilidade, sistema de preços e instituições. Algumas considerações metodológicas", IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre, junho de 1999.

⁴⁷ Fernand Braudel, *La dynamique du capitalisme*, Flammarion, Paris 1985, p. 57.

⁴⁸ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme Tome 2 Les jeux de l'échange*, Armand Colin, Paris 1979, p. 484.

- tendo em vista o tempo demorado de retorno do investimento inicial, essas trocas são intrinsecamente ligadas ao capitalismo financeiro que fornece o capital necessário;

- Elas são intrinsecamente internacionais ⁴⁹.

Trata-se de uma rede de dimensão internacional dentro da qual informações assimétricas permitem realizar lucros de monopólios, e dentro da qual existe uma intensa circulação financeira. Encontramos, aqui, as mesmas características que as da chamada “sociedade da informação”.

2) A sociedade “informacional”

2.1 A problemática de Castells

Segundo Castells, a fase atual do capitalismo seria caracterizada pelo “informacionalismo”⁵⁰; esta constituiria um novo modo de desenvolvimento, aquele que corresponde ao pós-industrialismo, no âmbito do modo de produção capitalista. As principais características desta fase seriam, segundo este autor, as seguintes:

-1/ “a emergência da informação como a nova base material e tecnológica da atividade econômica e da organização social” ⁵¹; neste sentido, a produtividade e a competitividade dependem essencialmente da capacidade dos agentes de gerarem, tratarem e aplicarem uma informação eficiente fundada sobre o conhecimento .

- 2/ a economia informacional é globalizada, ou seja, ela é capaz “de funcionar como unidade em tempo real no nível do planeta” ⁵²; isto explica a financeirização no nível mundial;

- 3/ um dos aspetos mais importantes seria o fato que “a lógica da rede impregna a estrutura de base” da sociedade⁵³.

- 4/ a segmentação dos públicos e a diversificação das mídias correspondem a um processo de “demassificação” em relação à fase anterior: a respeito do audiovisual, Castells fala em “descentralização, diversificação e personalização” ⁵⁴.

Pretendemos retomar cada uma dessas especificidades e questionar sua pertinência, ou seja, ver em que medida esta sociedade “informacional” constitui uma ruptura com as lógicas anteriores.

⁴⁹ La dynamique du capitalisme, op. cit., p. 59.

⁵⁰ Manuel Castells, *La société en réseaux*, Fayard, Paris, 1998, p. 34.

⁵¹ Idem, p. 35.

⁵² Ibid., p. 121.

⁵³ Ibid., p. 43.

No que diz respeito à primeira característica, é preciso, primeiramente, definir como a informação poderia ser uma nova base material e tecnológica. Existem várias explicações possíveis:

i) os novos Sistemas de Informação e de Comunicação (SIC) apresentam uma dupla dimensão: através de determinada infra-estrutura material, eles veiculam serviços e informações. Esta infra-estrutura material constituiria esta nova base material e tecnológica; Adam Smith, no século XVIII, já ressaltava a necessidade de certas “condições gerais” para que o sistema de mercado pudesse funcionar normalmente, dentro das quais as comunicações representavam um componente. Por outro lado, esta infra-estrutura representaria a base da atividade econômica e da organização social; neste nível, é preciso identificar dois problemas: primeiro, no âmbito de uma problemática marxiana que parece ser a de Castells, qual é a natureza dos bens informacionais e comunicacionais? São bens produtivos, que criam valor, ou, ao contrário, são bens improdutivos que são necessários à realização do valor, mas que não criam valor ⁵⁵. Numa perspectiva clássica, eles apresentam uma dupla dimensão: à medida que eles podem ser assimilados a custos de realização, eles são improdutivos, apesar de serem necessários; à medida que eles se concretizam por determinadas produções sociais (materiais ou serviços), eles são produtivos. Conforme veremos mais adiante, é preciso distinguir esta dupla dimensão para poder entender o paradoxo de Solow; concordamos com Garnham quando afirma que “é preciso dissociar as estruturas e os custos organizacionais que representam custos gerais (...) que podem diminuir a produtividade, dos que a aumentam efetivamente” ⁵⁶.

Marx assimila a comunicação aos "faux frais" necessários à manutenção das condições de reprodução: como gastos de circulação, essas atividades não criam valor, mas consistem, apenas, em converter as mercadorias da forma mercadoria para a forma dinheiro ⁵⁷. Quando os gastos em transporte consistem em uma transferência dos direitos de propriedade da mercadoria, este tipo de gasto é improdutivo, pelo fato de constituir gastos de realização ⁵⁸. É interessante observar que, a partir desta concepção, ou seja, quando o transporte não se relaciona com a mercadoria, na sua dimensão material, esses gastos são improdutivos. Podemos formular dois tipos de observações:

⁵⁴ Ibid., p. 386.

⁵⁵ Alain Harscovici, "Trabalho improdutivo e crescimento de longo prazo. Um modelo clássico de acumulação", in *Revista de Economia Política*, 3º trimestre 1996, São Paulo, 1996..

⁵⁶ N. Garnham, op. cit., p. 63.

⁵⁷ Karl Marx, *Le Capital*, Editions Sociales, Paris, 1972, Livro II, p. 131. e p.151.

-a/ enquanto o transporte das mercadorias é "virtual", como no caso da transferência dos direitos de propriedade, este tipo de atividade é, intrinsecamente, improdutivo. Parte das NTIC consistem em transferir direitos de propriedades; conseqüentemente, elas são improdutivas, e constituem apenas gastos de realização;

-b/ por outro lado, o aumento do número de rotações do capital permite aumentar a taxa de lucro; assim, as atividades ligadas à circulação permitem aumentar o lucro e a taxa de lucro ⁵⁹; a este respeito, Marx ressalta o papel das Comunicações e, entre outros, do telégrafo.

ii) No âmbito de uma problemática marxista, esta nova base não modifica as características intrínsecas do modo de produção capitalista. O conceito de modo de produção se define a partir de determinadas modalidades de produção e de distribuição do excedente; dentro desta lógica global, as modalidades específicas da acumulação capitalista se modificam em função das diferentes evoluções históricas. O conceito de modo de regulação dá conta desta historicidade.. As evoluções históricas do capitalismo e das modalidades concretas da concorrência implicam, obviamente, em modificações das lógicas de acumulação e de reprodução global do sistema. Não obstante, as especificidades do modo de produção permanecem: isto significa que está tendo outras modalidades de produção e de distribuição do excedente, em função das formas institucionais e das modalidades de regulação a elas ligadas, mas a estrutura fundamental do capitalismo, e o conceito de classe social a ele ligado, permanecem. Se, conforme afirma Castells, o "informacionalismo" constitui apenas uma fase do desenvolvimento capitalista, o poder, através o jogo das mediações simbólicas, é determinado pela posição do grupo social no modo de produção, e não pelo simples fato de poder tratar e transmitir a informação ⁶⁰. A não ser que, em nome da subjetividade do sujeito, no âmbito de uma abordagem pós-moderna, a tese seja que não existe mais classe social neste capitalismo informacional. Se a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se modifica, se o próprio conteúdo do trabalho se modifica, no sentido de tornar-se mais "qualificado", ou seja, de tratar mais informações, este fato não constitui uma condição necessária nem suficiente para poder afirmar o fim das classes sociais.

iii) Finalmente, o fato de o trabalho ser aplicado cada vez mais ao tratamento da informação e cada vez menos ao tratamento direta da matéria (Os bites e os átomos) não tem condições de modificar a base econômica e social da sociedade; conforma já mostramos, não

⁵⁸ *Idem*, p. 150.

⁵⁹ Karl Marx, *Le Capital*, Editions Sociales, Paris, 1972, Livro III, p. 80.

⁶⁰ Manuel Castells, *op. cit.*, p. 43.

existe autonomia da tecnologia; de fato, existe implicitamente, na obra de Castells, a hipótese segundo a qual, em última instância, é a mudança técnica que explica as mudanças econômicas e sociais ⁶¹.

No que diz respeito às duas outras características, queremos formular as seguintes observações:

i) Por natureza, o capital é internacional, ou seja, “global”; a evolução do capitalismo se caracteriza por diferentes fases de construção de um sistema mundial, este reforçando sua autonomia com o decorrer do tempo ⁶². Os trabalhos de Braudel citados anteriormente ressaltam esta tendência desde o século XIV. Da mesma maneira, as ciências, as artes e as tecnologias só podem ser concebidas como pertencendo a uma cultura mundial ⁶³.

ii) Finalmente, conforme já mostramos, por natureza, um mercado é uma rede; as NTIC podem se traduzir por uma modificação da infra-estrutura material desta rede, pelo fato de ampliar sua velocidade e seu alcance; acreditamos que isto pode, apenas, “exacerbar” certas tendências próprias ao capitalismo, mas não modificá-las ⁶⁴.

É preciso relativizar a demassificação operada pelas mídias: primeiro, todos os estudos de recepção mostram que existe uma reapropriação socialmente diferenciada dos produtos culturais massificados; segundo, se a massificação deixa de efetuar-se no nível nacional, os efeitos ligados à ampliação/globalização dos mercados compensam, quantitativamente, as estratégias de segmentação dos públicos.

Essas observações críticas, a respeito da sociedade da informação, ou da sociedade “informacional”, permitem relativizar esses conceitos e a importância das modificações sociais, econômicas e culturais que ela gera: *essas evoluções constituem evoluções compatíveis com as novas necessidades do capitalismo, e não rupturas em relação a este mesmo sistema.*

2.2 Nova economia e regulação global

Após todas essas observações, é preciso ver em que medida esta nova economia ligada ao desenvolvimento das redes eletrônicas e ao movimento mundial de desregulamentação e privatização constitui, ou não, um novo modo de regulação.

⁶¹ Garnham, op. cit., p. 72.

⁶² Alain Herscovici, *Economia da Cultura e da Comunicação*, op. cit.

⁶³ Lévi-Strauss, op. cit.

⁶⁴ Garnham,, p. 67.

Para os economistas do *mainstream*, o mercado em si é uma instância suficiente e auto-reguladora que permite assegurar a reprodução do sistema social na sua globalidade; na concepção que adotamos, ao contrário, esta regulação se dá a partir da articulação entre o mercado e determinadas instituições sociais. É este tipo de articulação que permite assegurar a base de determinado regime de acumulação e constituir, assim, um modo de regulação. À medida que o capitalismo “(...) é uma força de mudança que não implica um princípio endógeno de coesão para o conjunto da sociedade”⁶⁵, um modo de regulação implica, obrigatoriamente, a estabilização e a coerência de determinado regime de acumulação, ou seja, a existência de instituições ou de formas institucionais que orientam a criação e a distribuição de valor de tal maneira que este processo permita manter uma certa coesão social. *O poder das instituições é fundamental para assegurar a perenidade do regime de acumulação.*

No âmbito de tal perspectiva, a chamada nova economia não constitui um novo modo de regulação:

- i) as observações relativas às vinte últimos anos e à instabilidade financeira e monetária mostram que não é possível falar em regime de acumulação constituído e, relativamente, estabilizado⁶⁶;
- ii) a ampliação das desigualdades sociais e, entre outros, das modalidades de acesso a essas NTIC, não permite tornar compatíveis a produção com as normas de consumo. A modificação da distribuição da renda em favor das rendas não-salariais até hoje não permitiu realizar esta compatibilização⁶⁷;
- iii) a globalização e os movimentos de desregulamentação nos quais se inscreve esta nova economia, têm que ser interpretados como o fim da regulação inter-estadual da economia mundial⁶⁸; a substituição da lógica de Bretton-Woods pelo consenso de Washington aponta para a desregulamentação e pela universalização do mecanismo de mercado. Já que esta nova regulação é particularmente precária, imperfeita e

⁶⁵ Michel Aglietta “Nouvelle économie, nouvelles régulations” in *Espérances et menaces de la nouvelle économie*, Descartes & Cie, Paris, 2000, p. 158

⁶⁶ Idem, p. 157.

⁶⁷ Michel Husson, “Schémas de reproduction et crise de régulation” in *L'ordre capitaliste*, Congrès Marx International, PUF, Paris 1996, p. 69.

⁶⁸ Charles-Albert Michalet, “La mondialisation, une dimension majeure de la nouvelle économie” in *Espérances et menaces de la nouvelle économie*, op. cit.

totalmente inacabada, a necessidade de uma re-regulação torna-se urgente e fundamental⁶⁹.

Conforme afirma Michel Aglietta, a nova economia está para vir⁷⁰: por um lado, as instituições que asseguravam a perenidade do modo de regulação fordista foram perdendo força e poder diante dos diferentes movimentos de liberalização e de “flexibilização” próprios à nova economia. *Não obstante, o paradoxo e a precariedade desta nova economia se explica pelo fato dela não ter gerado outras formas institucionais capazes de criar outras coerências sociais e de compatibilizar a acumulação com as estruturas sociais.* Essas formas institucionais não podem mais ser ligadas à Nação, a qual perdeu parte de sua autonomia econômica e cultural; elas têm que ser supranacionais para poderem atuar sobre a economia global.

3) O mito da democracia virtual e da transparência

3.1 O mito da democracia digital

Esta ruptura se daria a partir da modificação das modalidades de consumo e de apropriação; muitos autores ressaltam o caráter intrinsecamente descentralizado e interativo da Internet. Os sistemas ligados à Cultura de massa, ou seja, aos três modelos tradicionais precedentemente evocados, se caracterizavam por sua "centralidade": uma instância central envia mensagens pouco diversificados para um público homogêneo (a "massa"), e as capacidades de resposta desta massa são limitadas. Ao contrário, na World Wide Web, todos os indivíduos são iguais diante das modalidades de acesso do conjunto das informações disponíveis; as relações entre os participantes são *dialógicas e interativas*⁷¹. Dialógicas pelo fato de escapar à centralidade que caracterizava os sistemas anteriores: trata-se, ao mesmo tempo, de compartilhar um contexto comum e de estabelecer relações individualizadas; as comunidades virtuais seriam representativas deste fenômeno. Interativas, pelo fato dos próprios participantes poderem modificar o contexto no qual eles atuam. Os consumidores reconstruem o contexto no qual eles atuam; o sistema pode ser qualificado de "user-driven"⁷². A partir deste tipo de abordagem, o conceito de centralidade deixa de ser pertinente; da

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Michel Aglietta, op. cit.

⁷¹ É a tese de Pierre Lévy, a respeito da "inteligência coletiva"; ver, por exemplo, "A Revolução contemporânea em matéria de comunicação", *Para navegar no Século XXI*, F.M.Martins, J.M. da Silva, organizadores, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2000.

mesma maneira, enquanto as intermediações tradicionais eram realizadas por instituições políticas e/ou comunicacionais centrais, "Os novos processos de intermediação (...) resultam dos próprios indivíduos, e correspondem (...) às necessidades e aos interesses destes"⁷³. Nesta perspectiva, a Internet pode ser considerada como um espaço público "desintermediatizado", transparente e acessível a todos.

Apesar de o número de participantes desta rede mundial crescer de maneira importante nesses últimos anos, conforme apontam todos os estudos ⁷⁴, não concordamos com os próprios termos desta tese, e isto pelas seguintes razões:

i) já ressaltamos o fato que não existe determinismo tecnológico nem econômico; os desenvolvimentos tecnológicos, assim como os desenvolvimentos das chamadas "tecnologias intelectuais", não podem ser explicados a partir de uma lógica "puramente" tecnológica ou econômica. Por exemplo, os desenvolvimentos recentes das telecomunicações e a privatização deste setor se explicam a partir da pressão dos grandes "usuários", ou seja, as grandes empresas privadas e os grupos sociais de maior poder aquisitivo; nesta perspectiva, os objetivos de redistribuição social, alcançados a partir da implementação de subsídios cruzados, são progressivamente abandonados. Neste sentido, a rede é aberta apenas para quem tem condições de pagar um direito de entrada;

ii) por outro lado, esses Sistemas de Informação e de Comunicação se relacionam com uma lógica pós-fordista, a qual se caracteriza por um duplo processo de segmentação e de exclusão; a implementação de políticas de cunho liberal se traduzem pela concentração da renda e pela diminuição da parte relativa dos salários na renda nacional. Assim, contrariamente à tese de Pierre Lévy, é possível afirmar que os SIC que correspondem ao fordismo, principalmente a Cultura de massa e o serviço público, eram mais abertos que os SIC ligados às NTIC: os processos de exclusão pelos preços eram menores e permitiam o acesso da maior parte da população ao sistema mundial. Contrariamente a essas abordagens "idealistas", esta "nova economia" não resolve as contradições da sociedade capitalista, mas apenas modifica suas configurações históricas: se as oposições tradicionais entre centro e a periferia deixam de ser pertinentes, as novas contradições aparecem entre os grupos que são

⁷² *Green Paper on the convergence of the telecommunications, media...*, op. cit., p. 14.

⁷³ Pierre Lévy, op. cit., pp. 210 e 211

⁷⁴ Ver, por exemplo: *The emerging Digital Economy*, US Department of Commerce, 1999, ou *A Framework for Global Electronic Commerce*, White Houses, July 1997.

conectados a este sistema mundial e os que não têm condições de estabelecer este tipo de conexão ⁷⁵;

iii) É preciso questionar o processo de desintermediatização ou auto-mediação do qual fala Pierre Lévy. Primeiramente, é pouco provável, do ponto de vista sociológico, que as relações entre os indivíduos e os grupos sociais podem se realizar sem determinadas mediações simbólicas; o exemplo das comunidades virtuais mostra que elas funcionam a partir de um sistema de códigos simbólicos complexo sem o qual não é possível ter acesso a essas comunidades ⁷⁶. Esta concepção segundo a qual as NTIC permitiriam relações “transparentes” entre os indivíduos implica no postulado da autonomia do objeto da Comunicação e das mensagens ⁷⁷ em relação ao social; isto é representativo da construção de uma ciência positiva da Comunicação que, por princípio, elimina a relação social e sua historicidade: se “a relação social é a interação, entre sujeitos, mediada pelo simbólico”⁷⁸, não é possível afirmar que as relações sociais podem fazer a economia das mediações simbólicas; se essas se modificam em função dos instrumentos técnicos dos sistemas de informação, não quer dizer que elas desaparecem. É igualmente possível afirmar que, à medida que esses novos sistemas adotam uma estratégia de segmentação, está tendo uma fragmentação e uma multiplicação dos diferentes espaços públicos, os quais funcionam como instâncias legitimadoras e, conseqüentemente, como mediação simbólica⁷⁹.

iv) Finalmente, queremos ressaltar o seguinte ponto: se, por um lado, essas redes eletrônicas podem ser concebidas como um sistema de colaboração ⁸⁰ que gera externalidades positivas em função do aumento de membros, isto concerne, apenas, as informações que chamamos de públicas ou quasi-públicas; este aspecto entra em conflito com a utilização dessas redes pelas empresas, à medida que, neste caso, é preciso limitar o acesso à informação privada ou semi privada. O estudo das evoluções históricas das diferentes mídias mostra que, geralmente, a fase concorrencial corresponde à instauração de um sistema de cooperação e é característica de um período durante o qual está tendo formação do uso daquela tecnologia : o exemplo do telégrafo e do rádio mostra que, antes de se estabilizar, esses sistemas tecnológicos se caracterizaram por estruturas que permitiram esta cooperação entre os

⁷⁵ É, igualmente, a posição de Manuel Castells em *La société en réseaux*, op.cit

⁷⁶ Bernard Miège, *Les industries du contenu face à l'ordre informationnel*, op. cit., p. 101.

⁷⁷ Alain Herscovici, “Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade”, in *Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras*, op. cit

⁷⁸ Louis Quéré, op. cit., pp. 17 e 29.

⁷⁹ Alain Herscovici, *Les modifications de l'espace public Repères théoriques.*, Troisième Colloque Franco-Brésilien SFSIC/INTERCOM Aracaju (Brésil), Septembre 1995

diferentes usuários⁸¹; o exemplo das rádios livres, na França, é característico deste processo: durante uma fase de “turbulência” durante a qual se determinam os usos sociais dominantes, é possível haver segmentos nos quais prevalecem as lógicas não mercantis (como, por exemplo, o sistema Linux, os hackers, etc.). Não obstante, à medida que o sistema vai se estabilizando e que se desenvolvem os diferentes movimentos de concentração, esses espaços não-mercantis vão diminuindo.

Não podemos esquecer que a reintrodução de um sistema de exclusão pelos preços não permite assimilá-las a redes abertas; todos os dados estatísticos mostram que existe um acesso social e geograficamente fortemente diferenciado; isto poderia ser assimilado à constituição de uma nova esfera pública global parecida com a descrita por Habermas.

3.2 *O novo espaço público*

3.2.1 O espaço público do século XVIII se caracterizava pelo uso público da Razão, no âmbito de uma discussão pública que consistia em legitimar os produtos culturais e simbólicos⁸²: os salões literários e os primeiros mercados culturais são representativos deste tipo de espaço público. Não obstante, conforme reconhece o próprio Habermas, o acesso a este espaço público é reservado à burguesia, ou seja, é condicionado pela posse de um certo capital econômico. Por outro lado,

Com a cultura de massa e o fordismo, há uma ampliação e uma diversificação social deste espaço público; *esta diversificação social do público modificou radicalmente a natureza sociológica do espaço público assim como suas modalidades de legitimação*. O espaço social habermassiano caracterizava-se pela homogeneidade social do público: esta identidade de classe permitia estabelecer um certo consenso. Ao contrário, no espaço que corresponde à cultura de massa, existem interesses contraditórios; há necessidade de articular, ou seja, de compatibilizar o conjunto dos interesses no seio da sociedade civil. Há uma fragmentação do espaço em sub-espaços, cada um produzindo suas próprias modalidades de legitimação. Não obstante, não se trata de publicidade manipuladora, conforme afirma Habermas, e isto pelas seguintes razões:

⁸⁰ N. Garnham, op. cit., p. 70

⁸¹ A este respeito, ver:

- Patrice Flichy, *Les industries de l'imaginaire. Pour une analyse économique des médias*, PUG, grenoble 1980. p. 28.

- Vincent Mosco, op. cit., p. 103.

⁸² Jürgen Habermas, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Editions Payot, Paris, 1978.

i) à uma modificação da natureza sociológica do espaço público corresponde uma modificação das modalidades de legitimação;

ii) conforme ressaltam os diferentes estudos de recepção, existem reapropriações socialmente diferenciadas de um mesmo produto; conseqüentemente, não é possível falar em manipulação, à medida que existem várias modalidades de reapropriação; a relação não é linear e mecânica, como supõe Habermas ⁸³;

iii) contrariamente ao que afirma Habermas, acreditamos que não existe uma Razão universal; conforme ressaltam os diferentes estudos da opinião pública, a razão é uma razão de classe e sua própria definição é o objeto de conflitos políticos ⁸⁴.

Este novo espaço público deve articular as identidades de classe numa hierarquia onde cada grupo se define objetivamente em função de sua posição de classe ⁸⁵. Isto se traduz, obrigatoriamente, pela adoção de uma hierarquia cultural. No que concerne ao público habermassiano, o consenso existe, "objetivamente", à medida que se trata de uma mesma classe social; no caso da cultura de massa, este consenso só pode ser "fabricado", ou seja, ideológico. Este novo espaço público não pode mais ser universal à medida que existem interesses contraditórios ⁸⁶.

3.2.2 Em uma certa medida, esta sociedade informacional constituída em redes corresponde à instauração de um novo espaço público que, em relação a certas características sócio-econômicas, lembra o espaço habermassiano ⁸⁷:

i) o acesso à discussão pública (Internet, grupos de discussão, etc.) é reservado à certos grupos sociais e depende da posse de um certo capital econômico inicial;

ii) os processos de exclusão pelos preços implicam numa diferenciação social das modalidades de acesso a este espaço público de discussão (cf. o conceito de rede excludente)

Assim apesar de ser intrinsecamente global, este novo espaço público produz uma exclusão social importante ⁸⁸.

⁸³ Recentemente, Habermas voltou sobre suas posições, aceitando este tipo de crítica. A este respeito, ver "L'espace public", 30 ans après ", *Quaderni n.18*, Automne 1992.

⁸⁴ A este respeito, ver, entre outros, Patrick Champagne, "La "publicisation" des opinions " ", in *L'espace public et l'emprise de la communication*, sous la direction d'Isabelle Paillart, Ellug, Grenoble, 1995.

⁸⁵ É o que caracteriza o princípio do Habitus; a este respeito ver Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, op. cit.

⁸⁶ *L'espace public*, op.cit., , p. 131 a 134.

⁸⁷ César Bolaño, "La genesis de la esfera publica global", *Nueva Sociedad n.147*, Caracas, 1997.

⁸⁸ Alain Herscovici, *Les convergences technologiques: une analyse économique*, Colóquio Internacional, "Economia das Tecnologias da Informação e da Comunicação", Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, novembro de 1997.

Não obstante, há uma diferença fundamental entre esta nova esfera pública e aquela do século XVIII descrita por Habermas; a natureza da informação mudou neste novo espaço público:

- parte da informação é pública e pode ser divulgada “livremente” no público
- mas outra parte é privada ou semi-privada; ela se relaciona com as informações ligadas às inovações tecnológicas e, de uma maneira mais geral, às informações ligadas às relações inter-empresas; por razões econômicas e estartégicas, é preciso limitar o acesso a este tipo de informações.

O fato de determinada informação (seja ela artística, política ou econômica) tornar-se pública significa que ela vai ser “discutida” e, eventualmente, legitimada, a partir da discussão pública ligada ao uso da Razão⁸⁹; neste sentido, ela é sinônima de “transparência” e permite preservar a sociedade civil de qualquer decisão arbitrária provendo do Estado. O paradoxo é o seguinte: *hoje, em função da dupla natureza da informação, parte desta, por natureza, deixa de ser pública, no sentido de ser discutida livremente*; enquanto, no capitalismo nascente, o Estado ameaçava a livre divulgação da informação, hoje, é a própria lógica do mercado que afasta parte da Informação do espaço público e da “livre discussão” a ele ligada. Trata-se de uma *reprivatização da informação*, no sentido definido por Habermas. Na esfera pública descrita por Habermas, existe uma “oposição entre o poder e a Publicidade”⁹⁰, ou seja, entre o poder político do Estado e a Publicidade; *na nova esfera ligada às redes eletrônicas, existe uma oposição entre o Poder econômico e a função de Publicidade*. Assim se expressam as novas contradições do capitalismo: o sistema de mercado não consegue mais preservar a autonomia da esfera pública nem a livre circulação da informação. Aparece, assim, uma contradição entre a publicização e a privatização crescente da informação; em outras palavras, *as contradições do sistema econômico reaparecem no espaço público e geram um déficit de legitimidade*⁹¹.

⁸⁹ Habermas, p. 63 e 83.

⁹⁰ Idem, p. 83.

⁹¹ É a tese sustentada por Habermas a respeito do fordismo em *Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé*, Editions Payot, Paris, 1978.

II) As redes eletrônicas: uma análise econômica

1) As diferentes concepções do mercado

1.1 *O mainstream*

As interpretações fornecidas pelo mainstream apontam para a atomicidade, o barateamento das modalidades de acesso à informação (dos custos de transação, de fato), e a concorrência que esses elementos podem gerar. Essas características permitiriam aproximar os mercados reais dos mercados walrasianos.

i) Uma primeira interpretação consiste em ver, nesses sistemas, uma concretização dos mecanismos representados pelo leiloeiro walrasiano; os agentes econômicos teriam à disposição, e por um custo baixo, a totalidade das informações necessárias. Esses mercados virtuais constituiriam o espaço do mercado walrasiano no qual os compradores e os vendedores poderiam confrontar suas intenções; permitiria, de fato, centralizar, como o fazia o leiloeiro, as demandas e as ofertas de uma multidão de agentes econômicos. Não obstante, conforme veremos mais adiante, essas estruturas em redes implicam novas formas de concentração, seja no nível da economia da própria rede, seja no nível global.

ii) Os teóricos da nova economia clássica (expectativas racionais e parte dos novos keynesianos, entre outros) enfatizaram o papel das imperfeições da informação para explicar as flutuações econômicas; para Lucas, o desvio entre o produto de equilíbrio e o produto real se explica pelo fato dos agentes econômicos confundirem o aumento geral dos preços com o preço relativo de seus produtos; uma diminuição dessas imperfeições faria com que o sistema voltasse mais “rapidamente” para a posição de equilíbrio. Da mesma maneira, os custos de menu são os custos necessários para informar os agentes de uma mudança dos preços; no caso desses custos serem elevados demais, as empresas desistem de modificar seus preços e isto provoca flutuações econômicas. Essas diferentes imperfeições fazem com que, temporariamente, o sistema se afasta de sua posição de equilíbrio. Nesta perspectiva, qualquer diminuição desses custos constitui um processo que diminui a rigidez dos preços e as flutuações econômicas. Não obstante, este tipo de análises sofre dois tipos de limitações: o primeiro ligado às próprias hipóteses do modelo e o segundo ao fato que este tipo de abordagem parte do pressuposto que as modalidades de acesso à informação são as mesmas para o conjunto dos agentes.

iii) É possível afirmar que o sistema de preços não tem condições de assegurar a coordenação da atuação dos agentes; neste caso, é preciso haver outros mecanismos de regulação/coordenação para que o mercado pudesse funcionar; essas redes eletrônicas

constituíam um desses mecanismos⁹²; trata-se de um mecanismo de *intermediação eletrônica* que faz parte do quadro institucional necessário ao funcionamento dos mercados⁹³ e no qual se misturam lógicas mercantis e não mercantis.

1.2 A heterodoxia

Na concepção heterodoxa que adotamos, o mercado não pode ser concebido como uma instância abstrata que funciona independentemente de certos fundamentos sociais e simbólicos. Contrariamente à concepção neoclássica, o mercado não é um lugar no qual agentes *homogêneos* se encontram, maximizam certas funções a partir de uma racionalidade substantiva definida fora de qualquer norma social, e no qual o sistema de preços fornece a informação necessária. Da mesma maneira, existem custos de transação, ou seja, custos para poder entrar nesses mercados; a própria existência de tais custos faz com que as decisões dos agentes se tornam irreversíveis.

Todos os trabalhos de história, antropologia e sociologia econômica mostram que o mercado não existe sem determinados elementos sociais extra-econômicos. Assim, é possível afirmar que as relações econômicas são encaixadas dentro de certas relações sociais⁹⁴; da mesma maneira, não é possível definir a racionalidade econômica fora de determinadas normas sociais⁹⁵; finalmente, o funcionamento concreto do mercado não pode existir sem um conjunto de práticas sociais oriundas de determinadas evoluções históricas⁹⁶.

A economia das convenções vai no mesmo sentido⁹⁷; ela tenta resolver os problemas ligados à heterogeneidade dos agentes, às modalidades de coordenação não mercantis que se efetuam nos mercados concretos: “a convenção é uma forma que permite coordenar os interesses contraditórios que derivam de lógicas opostas mas que têm necessidade de estarem juntas para serem satisfeitas”⁹⁸.

⁹² Alain Rallet, “A teoria das convenções segundo os economistas”, in *Nexos vol I-N.2*, dezembro de 1999, Salvador., p. 109

⁹³ Eric Brousseau, “Intermédiation par les réseaux: quelles institutions?” in *Mutations des Télécommunications, des Industries et des Marchés*, E. Brousseau, P. Petit et Denis Phan org., ENSPTT/Economica, Paris, 1996, p. 172.

⁹⁴ Karl Polanyi, *La Grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Editions Gallimard, Paris, 1983, p. 79.

⁹⁵ Maurice Godelier, *Rationalité & irrationalité en économie*, PCM/petite collection maspéro, Paris, 1983.

⁹⁶ Pierre Bourdieu, *Les structures sociales de l’Economie*, Seuil, Paris, 2000.

⁹⁷ A este respeito, ver:

- Alain Rallet, op. cit.

- Olivier Favereau, “L’économie des conventions: son objet, sa contribution à la science économique”, *Problèmes économiques n. 2167*, 21 Mars 1990, La Documentation Française, Paris.

⁹⁸ Alain Rallet, op. cit., p. 112.

A partir de tal concepção, o mercado não pode ser considerado como uma instância autoreguladora e socialmente eficiente; é preciso haver outros elementos que não são regidos por uma lógica econômica para que este pudesse existir e funcionar de um modo relativamente satisfatório. Por outro lado, o agente econômico não pode ser concebido, apenas, como um *homo economicus* que maximiza uma função de utilidade ou de lucro; ele é um *sujeito social constituído* cuja racionalidade e cujo sistema de valores depende de certas variáveis extra-econômicas historicamente determinadas. *As concepções heterodoxas se propõem em analisar esses processos de socialização e em mostrar como esses cumprem um papel fundamental na regulação meso e macroeconômica.*

A análise histórica permite formular o mesmo tipo de resultados: o sistema capitalista só conseguiu se desenvolver com a atuação do Estado moderno que permitiu unificar, homogeneizar e construir o território nacional através da criação da moeda, símbolo da soberania nacional, da unificação do direito tributário e do mercado do trabalho.

De um ponto de vista teórico, chegamos, igualmente, ao mesmo tipo de conclusões: o mercado gera uma forte entropia, ou seja, gera instabilidade; o sistema de preços não fornece o sinal adequado para resorber os diferentes desequilíbrios nem para coordenar a atuação dos agentes econômicos. A existência de instituições, seja o Estado, as formas institucionais ou as convenções, é necessária para conter esta instabilidade e para assegurar a regulação macroeconômica⁹⁹.

2) A natureza da concorrência e dos mercados

2.1 As diferentes interpretações

i) Uma primeira concepção assimila a concorrência ao modelo de concorrência pura e perfeita; este caracteriza-se pelas seguintes condições¹⁰⁰:

- atomicidade da oferta e da demanda; nenhum agente econômico tem poder de determinar o preço de mercado. Os agentes são "price-taker".
- Homogeneidade do produto; numa determinada indústria, os consumidores não têm razões para preferir o produto fabricado por uma firma ao produto fabricado por outra firma.
- Livre entrada na indústria; de fato, não existem barreiras à entrada.

⁹⁹ Alain Herscovici, "Instabilidade, sistema de preços e instituições. Algumas considerações metodológicas", op. cit.

¹⁰⁰ Raymond Barre, *Economie Politique*, vol 1, PUF, Paris, 1985, p. 579.

- Transparência do mercado; os preços resumem a totalidade da informação necessária para os agentes econômicos poderem maximizar suas funções de lucro ou de utilidade.
- Perfeita mobilidade dos fatores de produção.

É a partir desta concepção que os desenvolvimentos modernos da teoria neoclássica vai identificar determinadas imperfeições de mercado, seja em termos de rigidez (relativa) dos preços, seja em termos de “incompletude” da informação ou de estrutura dos custos (os rendimentos crescentes).

ii) Encontramos a idéia segundo a qual a concorrência pode se dar através de processos diferentes dos ligados a um estado de concorrência pura e perfeita, notadamente a partir de situações monopolista ou oligopolista: Marshall, por exemplo, afirma que o monopólio pode atuar no sentido de aumentar o bem estar social, pelo fato de aumentar a quantidade oferecida e de diminuir o preço ¹⁰¹. Da mesma maneira, Schumpeter afirma que o monopólio permite diminuir os preços e melhorar a qualidade dos produtos ¹⁰²: " a este respeito, a concorrência é (...) inferior e não há por que apresentá-la como um modelo ideal de eficiência" ¹⁰³. Esta tese encontra seus desenvolvimentos modernos na teoria dos mercados contestáveis¹⁰⁴: um mercado é perfeitamente contestável a partir do momento que "a entrada é totalmente gratuita e a saída não implica em custos suplementares"¹⁰⁵. A ausência de barreiras à entrada significa que uma firma que queira entrar neste mercado não vai sofrer prejuízos em termos de condições de acessibilidade à tecnologia ou em termos de taxa de lucro; a ausência de barreiras à saída implica que seja possível revender o capital sem perda.

A teoria dos mercados contestáveis tem por objetivo ampliar o conceito de concorrência pura e perfeita: esta teoria pode ser considerada como uma extensão mais realista do processo da mão invisível, ou seja, da *eficiência do mercado*:

a) em um mercado contestável, não existe lucro-extra; de fato, qualquer lucro extra se traduziria pela intensificação da pressão do mercado, pela entrada de novas firmas atraídas por este lucro-extra e pelo desaparecimento deste.

b) Os preços são iguais aos custos marginais e o equilíbrio é do tipo Pareto equilíbrio; se, ao contrário, uma firma resolve aumentar seu preço acima do custo marginal, isto provocaria um aumento da pressão de mercado e incitaria as firmas out-siders em penetrar

¹⁰¹ Marshall, *Princípios de Economia*, Abril Cultural, São Paulo, 1982, vol II, p. 135.

¹⁰² Joseph Schumpeter, *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Payot, Paris, 1984, p. 128 e seguintes.

¹⁰³ Idem, p. 147.

¹⁰⁴ W. Baumol, Contestable Markets: Na Uprising in the Theory of Industry Structure, *American Economic Review*, vol 72, n.1, 1982.

neste mercado; qualquer ineficiência em termos de aumento dos custos acima do custo médio teria o mesmo efeito. Para eliminar esta pressão de mercado, as firmas insiders têm que diminuir o preço até este se igualar com o custo marginal.

Em resumo, a existência de entrantes potenciais, em função de preços acima de seus custos marginais, incita as empresas insiders a manter preços competitivos. Assim, mercados oligopolísticos ou monopolísticos podem apresentar as mesmas características que os mercados de concorrência pura e perfeita, no que diz respeito ao bem estar social; isto a partir do momento que as hipóteses de livre entrada e saída na indústria são verificadas.

Apesar deste quadro analítico ser mais realista que o da concorrência pura e perfeita, suas hipóteses são contestáveis:

a) a ausência de barreiras à saída implica que as decisões dos agentes econômicos sejam totalmente reversíveis; não obstante, se consideramos que existem decisões cruciais, por parte das empresas, decisões estas tomadas num ambiente que comporta incerteza, não é mais possível verificar esta hipótese¹⁰⁶. Por outro lado, a existência de custos irreversíveis faz com que esses mercados não são contestáveis, no sentido empregado por Baumol; de fato, quanto menor o volume dos custos reversíveis, maior a contestabilidade dos mercados. Geralmente, os mercados que necessitam uma infra-estrutura importante não são contestáveis (certos setores das Telecomunicações), enquanto outros são relativamente mais contestáveis, pelo fato dos custos irreversíveis serem muito menores (por exemplo, o transporte aéreo); a regulação é diferenciada em função dos diferentes segmentos do mercado: concorrencial quando o mercado é relativamente contestável, e não-concorrencial quando trata-se de segmento não contestável, ou seja, quando trata-se de um monopólio natural.

b) A ausência de barreiras à entrada é equivalente ao fato de não haver assimetrias nos mercados, assimetrias em termos de informação ou de acesso à tecnologia. Ao contrário, acreditamos que o próprio processo concorrencial se explica a partir da existência de tais assimetrias e das rendas que lhes correspondem.

Este conceito de mercado contestável permitiu analisar, no caso dos Estados Unidos, os mercados do transporte aéreo e das Telecomunicações¹⁰⁷. O processo de desregulamentação e de privatização desses setores utilizou amplamente esta teoria: em um mercado contestável, a concentração permite realizar economias de escala, das quais se

¹⁰⁵ Idem, p. 3.

¹⁰⁶ Laurent Benzoni, Approche de la concurrence en économie industrielle, *Traité d'Economie Industrielle*, sous la direction de R. Arena, L. Benzoni, J. de Bandt, P.M. Romani, Economica, Paris, 1988, p. 481.

¹⁰⁷ W.J. Baumol, R.D. Willig, Contestability: developments since the book.,

beneficia o consumidor, e a pressão do mercado permite manter os preços competitivos; assim, os monopólios ou os oligopólios não podem exercer um poder de mercado. A regulação adotada pelas instâncias reguladoras (como, por exemplo, a Federal Communications Commission, no caso das telecomunicações) consiste principalmente em manter as condições de livre entrada e saída nos mercados; a partir daí, os mercados permanecem eficientes, em termos de bem estar social.

O mercado internacional das Telecomunicações e da Internet não corresponde aos mercados contestáveis:

a) as barreiras à entrada são fortes, conforme salientam os desvios de tráfico internacional. Não obstante, seria possível explicar esta situação a partir do fato que apenas o mercado americano é perfeitamente contestável, enquanto os outros mercados nacionais seriam "ineficientes".

b) O estudo da realidade ressalta o fato que é difícil admitir a hipótese segundo a qual não haveria assimetrias nesses mercados, tanto no que se relaciona com a tecnologia quanto com a informação.

c) Existem, sobre certos segmentos, custos irreversíveis.

iii) As redes eletrônicas apresentam características que se afastam da concorrência pura e perfeita. Geralmente, a estrutura de custos permite assimilar essas empresas aos monopólios naturais: os custos fixos são importantes e se relacionam diretamente com as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, ou com a implementação de uma infra-estrutura de base; eles são, geralmente, irreversíveis. Os custos variáveis ligados à reprodução/distribuição do produto são, geralmente, muito baixos; no que diz respeito à produção de um software, por exemplo, os custos ligados à concepção do programa são custos fixos enquanto os custos de reprodução são negligenciáveis. Trata-se de um monopólio natural que se caracteriza pela existência de rendimentos crescentes; este monopólio não pode igualar custo marginal e receita marginal e o equilíbrio assim realizado não é um ótimo de Pareto¹⁰⁸. *No caso de uma monoprodução, o custo médio do monopólio é inferior aquele de uma empresa que só atende parte daquela demanda*¹⁰⁹. Assim, para poder rentabilizar certos custos irreversíveis importantes, é preciso haver renda de monopólio¹¹⁰; em outras palavras, a situação se afasta da concorrência pura e perfeita. No âmbito de uma abordagem em termos

¹⁰⁸ Daniel Cohen, Michèle Debonneuil, "L'économie de la nouvelle économie" in *Nouvelle Economie, Conseil d'Analyse Economique*, La Documentation Française, Paris, 1998, p. 33.

¹⁰⁹ Nicolas Curien, *Economie des réseaux*, La Découverte, Paris, 2000, p. 44.

¹¹⁰ Christophe Jakubyszyn, "La nouvelle économie secrète monopoles et concurrents" *Le Monde* 9 janvier 2000

de economia das redes, uma outra dimensão relativa à concorrência existe em relação aos custos *de interconexão*: cada agente tem que ter as mesmas condições de acesso aos diferentes serviços e ao operador histórico ¹¹¹; as práticas discriminatórias implementadas pelas empresas americanas, no que diz respeito às conexões com as redes internacionais, mostram que esta economia não é concorrencial ¹¹².

2.2 A economia das redes

Do ponto de vista econômico, uma rede apresenta as seguintes características:

i) os consumidores se aproveitam de um *efeito de clube*; quanto maior o número de participantes na rede, maior a qualidade do serviço à disposição de cada um desses participantes. A telefonia apresenta tais externalidades de demanda. No caso de um efeito de clube indireto, a qualidade e a diversidade dos serviços oferecidos depende da quantidade de participantes: quanto maior esta quantidade, maiores as economias de escala e, conseqüentemente, a qualidade e a diversidade dos serviços.

ii) no que concerne à produção, existem economias de escala como, por exemplo, no caso do monopólio natural.

iii) A existência de custos irreversíveis faz com que é preciso limitar o acesso a este tipo de informação para poder rentabilizar o investimento inicial; a partir dos direitos autorais ou da legislação relativa à propriedade industrial, vai ser instaurado um direito de entrada. Assim, por razões econômicas, *parte desta informação tem que permanecer privada*.

Podemos fazer as seguintes observações:

i) Os custos de interconexão representam um elemento fundamental no que diz respeito à concorrência: o problema é particularmente importante no que se relaciona com os custos relativos à interconexão com certos operadores históricos, sejam eles públicos ou privados. Este problema está presente na economia das telecomunicações e da internet; as firmas americanas, que se aproveitam de importantes economias de escala, conseguiram desviar o tráfego internacional em seu favor; por outro lado, elas praticam uma forte discriminação no que concerne às tarifas de conexão praticada para as firmas americanas e as estrangeiras, o que inibe qualquer forma de concorrência.

A desregulamentação operada no mercado americano da telefonia e a exacerbação da concorrência interna permitiu realizar diminuições importantes das tarifas praticadas pelas

¹¹¹ Nicolas Curien, op. cit., p. 91.

¹¹² Alain Herscovici, César Bolaño, Daniel Vasconcelos, *Economia Política da Internet*, no prelo.

operadoras; a partir das técnicas de hub e de call-back, houve desvios importantes do tráfico internacional, em favor dos Estados Unidos; isto permitiu realizar importantes economias de escalas, enfraqueceu a posição das operadoras estrangeiras e tornou cada vez mais difícil a manutenção das políticas de serviço público baseadas na prática dos subsídios cruzados ¹¹³. O desvio e a concentração de tráfico se acentuou em favor dos Estados Unidos. Isto se estendeu para as conexões com a Web; os custos de conexões praticados pelas firmas européias são vinte vezes superiores aos custos equivalentes praticados pelas firmas americanas. Enquanto o tráfico ligado à Internet já ultrapassou o tráfico telefônico mundial, as treze primeiras firmas fornecedoras deste tipo de conexão são americanas ¹¹⁴; não obstante, os custos de conexão a serem pagos pelas firmas estrangeiras são cem vezes mais caros que os praticados para as firmas americanas: assim, é possível afirmar que existe uma subvenção mundial dos fornecedores de acesso não-americanos em favor dos fornecedores de acesso americanos; esta subvenção foi avaliada a 5 bilhões de dólares por ano ¹¹⁵.

ii) as modalidades de regulação têm que ser diferenciadas em função dos diferentes segmentos do mercado; de qualquer maneira, a discriminação que é praticada representa uma característica fundamental desses mercados. O abandono dos subsídios cruzados, ou seja, dos objetivos de redistribuição do serviço público, é uma das características que marca este movimento de privatização do sistema de Informação e de Comunicação, e mostra claramente que se trata de uma lógica, parcialmente pelo menos, excludente.

iii) hoje, boa parte dos bens são *bens-sistemas*: para o consumidor poder utilizar tais bens, é preciso que haja compatibilidade entre os diferentes componentes deste bem; microcomputador e periféricos, por exemplo; aparelho de som e CD, etc.. Os mercados que correspondem a esses bens podem ser assimilados aos clubes e aparecem externalidades de demanda: quanto maior o mercado, maior a quantidade de periféricos compatíveis com uma mesma norma e maior a qualidade dos serviços assim oferecidos.

iv) O efeito de clube não caracteriza o conjunto das atividades ligadas a internet: ele só seria válido no que concerne à informação gratuita; no que diz respeito à informação privada ou semi-privada, certas características qualitativas dependem da limitação das modalidades de acesso à esta informação. No caso da informação estratégica, que se relaciona mais com as relações intra-firmas, o valor da informação depende diretamente do número restrito dos

¹¹³ Ver Philippe Quéaud, Les termes inégaux de l'échange électronique, *Le Monde Diplomatique*, Février 1999.

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ Ibid.

participantes; no caso da inovação schumpeteriana, estamos na presença do mesmo tipo de fenômeno; para poder rentabilizar os custos irreversíveis, é preciso limitar suas modalidades de acesso .

A constituição e o desenvolvimento de uma rede passa por diferentes fases:

i) para um preço elevado demais, ou para uma demanda inicial insuficiente, não há criação de rede.

ii) além da massa crítica, em termos de participantes, e para determinado preço de adesão, existe um efeito cumulativo segundo o qual o número de participantes cresce: quanto maior o tamanho esperado da rede, maior a quantidade de pessoas que estão querendo entrar nesta rede, em função das externalidades de demanda. A rede não alcança 100% da população pelo fato de existir um preço de exclusão.

Existem, assim, duas maneiras de conceber esta economia das redes: a primeira reconhece que, por natureza, existem várias imperfeições de mercado no seio das redes, e esta economia releva da concorrência imperfeita. Não obstante, no âmbito de tais análises, o referencial permanece o da concorrência pura e perfeita, ou seja, o referencial walrasiano. Existe uma outra interpretação possível: se abandonamos a referência da concorrência pura e perfeita (CPP), a análise permite chegar a conclusões totalmente diferentes: a) a concorrência não é um processo autoregulador pelo fato de desembocar sobre o oligopólio e/ou o monopólio b) se qualquer tipo de mercado é constituído por uma ou por várias redes, conforme já mostramos, o referencial da CPP não é o instrumento adequado para analisar a economia de mercado: a existência de custos de transação, a não independência das funções microeconômicas de utilidade e de produção, a existência de rendimentos crescentes e de externalidades ressaltam a interdependência dos agentes fora o mercado ¹¹⁶ e a necessidade de uma análise institucional que incorpora o social, conforme indicamos na discussão anterior. Há, assim, uma *interdependência entre o mercantil e o não-mercantil*.

3) A análise macroeconômica

3.1 O paradoxo de Solow

O paradoxo de Solow provém do fato que, nos Estados Unidos, dos anos 70 até a metade dos anos 90, aos investimentos crescentes em NTIC corresponde uma queda dos ganhos de produtividade do trabalho: “vemos computadores em todo lugar, fora nas estatísticas de produtividade do trabalho”. São várias interpretações possíveis:

i) A interpretação corrente é a seguinte: a implementação de um novo sistema tecnológico implica em modificações institucionais, organizacionais e ligadas às qualificações dos trabalhadores; essas evoluções são relativamente lentas e constituem a condição a partir da qual as NTIC começariam a se tornarem produtivas. Esta queda dos ganhos de produtividade explicar-se-ia pelo fato do sistema não ter “absorvido”, ainda, essas novas tecnologias; trata-se de um processo clássico de aprendizagem em relação ao uso dessas novas tecnologias.

ii) Uma outra interpretação parte do fato que as NTIC constituem custos de transação que permitem realizar a conexão com os mercados globalizados¹¹⁷; assim, eles representam gastos improdutos que as empresas têm que assumir para poder penetrar nesses mercados globalizados. Podemos fazer duas observações: primeiramente, a queda do preço relativo dos produtos ligados às NTIC, a partir da segunda metade dos anos 90, deveria se traduzir por um aumento da produtividade global dos fatores e, mais especificamente, do trabalho, pelo fato de diminuir, em valor, esses gastos improdutos. Isto valeria tanto para os países produtores de NTIC quanto para os países que são, apenas, utilizadores. Segundo, é preciso considerar a parte relativa das NTIC no investimento global das empresas; quanto maior esta parte relativa, maior será a diminuição do custo do capital e maiores os ganhos de produtividade assim realizados. Resumindo, é possível explicar, em parte, os ganhos de produtividade do trabalho realizados na economia americana a partir de duas variáveis: a) os ganhos realizados no próprio setor das NTIC e b) a parte relativa importante das NTIC no investimento total das empresas; esta parte representava 71% do investimento total realizada pelas empresas¹¹⁸.

¹¹⁶Jean-François Besson, *Economie Publique. L'échange sans marché*, PUF, Paris, 1978, pp. 43 e 44.

¹¹⁷Alain Herscovici, “ Informação, mercado e regulação macroeconômica. Estatuto teórico da Informação e função das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no capitalismo contemporâneo, op. cit..

¹¹⁸ *Le Monde, Dossiers & Documents*, Les clés de l'info, février 2001

3.2 O impacto das NTIC sobre a economia

É preciso analisar, num primeiro tempo, a natureza do crescimento do PIB e da produtividade do trabalho:

Quadro 1 Crescimento americano (em %, por ano)

	1961-1969	1982-1990	1993-2000
Anos 1-2	4,7	3,1	1,0
3-4	3,7	2,1	2,0
5-6	3,3	1,1	3,3
> 7	1,2	1,0	4,2

Fontes: Departamento do Comércio Americano

Quadro 2 Decomposição do crescimento americano (% por ano)

	Crescimento do PIB	Cres. da produtividade Do trabalho
1975-1982-2	3,0	0,7
1982-3 1990-4	3,7	1,6
1991-1-1999-4	3,5	2,0
A partir de 1995	4,2	2,6

Fontes: Departamento do Comércio Americano

Quadro 3 Crescimento americano da produtividade total dos fatores e contribuição dos diferentes fatores (em %)

	1974-1990	1990-1995	1996-1999
Cresc. Da produtividade global dos			
Fatores	0,40	0,57	1,25
- Computadores	0,12	0,13	0,22
- Semi-condutores	0,08	0,13	0,41
- Outros setores	0,20	0,30	0,62

Fontes: Olinet and Sichel

A observação desses dados estatísticos permite fazer as seguintes observações:

- i) o crescimento do PIB observado a partir da segunda metade dos anos 90 é comparável com o do início dos anos 60 (cf. quadro 1);
- ii) o crescimento da produtividade do trabalho é comparável com o nível nos anos 60, entre 2 e 2,56%¹¹⁹ (cf. quadro 2).
- iii) A morfologia do ciclo é diferente: enquanto o crescimento declina durante o decorrer do ciclo, ele aumenta a partir de 1993 (cf. quadro 1).

O quadro 3 ressalta o fato que mais ou menos a metade do crescimento da produtividade total dos fatores se explica a partir dos ganhos de produtividade realizados nos setores ligados às NTIC. Duas questões podem ser levantadas: em que medida os países que não produzem essas NTIC podem se aproveitar desta tendência? Em que medida a parte relativa das NTIC no investimento total permite explicar este aumento da produtividade? Podemos fornecer os seguintes elementos de resposta: a análise de Gordon¹²⁰ mostrava que a maior parte dos ganhos de produtividade total dos fatores se explicava a partir dos ganhos de produtividade realizados no setor produtor de NTIC; assim as NTIC não cumpririam um papel motor em relação aos outros setores da economia. Hoje, essa tese é, apenas, parcialmente verificada: as NTIC produzem um efeito positivo sobre os outros setores da economia em função da taxa de equipamento informática das empresas e do preço relativo deste tipo de equipamento. À medida que os ganhos de produtividade realizados nos setores ligados às NTIC continuam aumentando, isto implica na queda dos preços relativos deste tipo de equipamento; esta queda dos preços relativos deveria beneficiar aos outros setores e aos outros países, permitindo aumentar a intensidade capitalística das firmas e das economias nacionais. Não obstante, isto funcionaria apenas se não houvesse discriminações praticadas pelas firmas americanas e se, de fato, as firmas produtoras de NTICs não se aproveitassem de renda de situação¹²¹; conforme já vimos, esta nova economia é caracterizada pela existência de monopólios que se aproveitam de rendas para rentabilizar suas inovações. Finalmente, à medida que existe um diferencial importante entre os Estados Unidos e o resto do mundo no que diz respeito à parte relativa das NTIC no investimento total das firmas, o impacto das NTIC sobre as outras economias deveria ser relativamente limitado.

¹¹⁹ Robert Solow, “une plus grande qualification”, *Le Monde*, 18 avril 2000

¹²⁰ Gordon R., “Does the New Economy Measure up to the Great Innovations of the Past”, *Journal of Economic Perspective*, 2000.

¹²¹ *Nouvelle Economie, Conseil d'Analyse Economique*, op. cit., p. 245.

Conclusão

Tanto a partir da análise sociológica quanto antropológico e econômico, não é possível conceber esta “sociedade da informação” como um novo modo de produção que introduz uma ruptura fundamental:

i) no que diz respeito ao espaço público, as redes eletrônicas representam um “retrocesso” em relação às formas anteriores: “privatização” crescente da informação e diferenciação social das modalidades de apropriação desta informação.

ii) Do ponto de vista histórico e antropológico, é possível afirmar que não há rupturas fundamentais: a) os mercados continuam a funcionar a partir do sistema de redes; o progresso técnico permite apenas melhorar a infra-estrutura dessas redes, aumentar sua capacidade e diminuir seu custo b) a história torna-se mais cumulativa pela própria aceleração do progresso técnico e do ritmo das inovações tecnológicas orientadas em um mesmo sentido.

iii) Os processos de concentração e de integração vertical se intensificam e os mercados continuam se afastando de um estado concorrencial; a este respeito, é possível observar uma modificação da natureza dos monopólios (pelo fato deles deixarem de ser públicos) e das barreiras à entrada (no sentido da permanência dos monopólios ser mais curta¹²²); não obstante, em função dos diferentes movimentos de concentração, das práticas discriminatórias e das diferentes barreiras à entrada e à saída, não é possível interpretar este fato como uma contestabilidade maior dos mercados; isto se explicaria a partir da velocidade do progresso técnico que não permite estabilizar o sistema

De um ponto de vista geral, esta sociedade da informação não se traduz por rupturas fundamentais em relação ao fordismo: além dos discursos que partem do pressuposto implícito da autonomia da tecnologia ou da economia em relação ao Social, esta sociedade da informação tem que ser interpretada como determinada configuração histórica do capitalismo, a qual é compatível com as novas necessidades da acumulação. Se as contradições deste modo de produção se modificam e assumem formas históricas diferentes, assim como as diferentes mediações simbólicas que lhe são necessárias, elas não desaparecem neste “universo virtual”, como tenta afirmá-lo o discurso da pós-modernidade.

¹²² Christophe Jakubyszyn, op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel, "Nouvelle économie, nouvelles régulations" in *Espérances et menaces de la nouvelle économie*, Descartes & Cie, Paris, 2000.
- BARRE, Raymond, *Economie Politique*, vol 1, PUF, Paris, 1985, p. 579.
- BENZONI, Laurent *Approche de la concurrence en économie industrielle*, *Traité d'Economie Industrielle*, sous la direction de R. Arena, L. Benzoni, J. de Bandt, P.M. Romani, Economica, Paris, 1988, p. 481.
- BAUMOL, W. , *Contestable Markets: Na Uprising in the Theory of Industry Structure*, *American Economic Review*, vol 72, n.1, 1982
- BAUMOL W.J., Willig R.D., , *Contestability: developments since the book*
- BRAUDEL, Fernand, *La dynamique du capitalisme*, Flammarion, Paris 1985.
- , *Civilisation matérielle, économie et capitalisme Tome 2 Les jeux de l'échange*, Armand Colin, Paris 1979.
- BESSON, Jean-François, *Economie Publique. L'échange sans marché*, PUF, Paris, 1978.
- BOLAÑO, César, "La genesis de la esfera publica global", *Nueva Sociedad* n.147, Caracas, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction. Une critique sociale du jugement*, Les Editions de Minuit, Paris, 1979.
- , *Les structures sociales de l'Economie*, Seuil, Paris, 2000.
- BOYER, Robert, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, La Découverte, Paris, 1987.
- BROUSSEAU, Eric , "Intermédiation par les réseaux: quelles institutions?" in *Mutations des Télécommunications, des Industries et des Marchés*, E. Brousseau, P. Petit et Denis Phan org., ENSPTT/Economica, Paris, 1996
- CASTELLS, Manuel, *La société en réseaux*, Fayard, Paris, 1998, p. 34.
- CHAMPAGNE, Patrick , "La "publicisation" des opinions " ", in *L'espace public et l'emprise de la communication*, sous la direction d'Isabelle Paillart, Ellug, Grenoble, 1995.
- COASE, R.H., "The Nature of the Firm", *Economica*, 1937, vol.4.
- COHEN Daniel, Debonneuil Michèle, "L'économie de la nouvelle économie" in *Nouvelle Economie*, Conseil d'Analyse Economique, La Documentation Française, Paris, 1998,
- CURIEN, Nicolas, *Economie des réseaux*, La Découverte, Paris, 2000.

- FAVEREAU , Olivier , "L'économie des conventions: son objet, sa contribution à la science économique ", Problèmes économiques n. 2167, 21 Mars 1990, La Documentation Française, Paris.
- FLICHY, Patrice, Les industries de l'imaginaire. Pour une analyse économique des médias, PUG, Grenoble 1980..
- GRANHAM, Nicholas , "La théorie de la société de l'information en tant qu'idéologie: une critique", in Réseaux volume 18 n.101/2000, Hermès Sciences, Paris 2000.
- GODELIER, Maurice, Rationalité & irrationalité en économie, PCM/petite collection maspéro, Paris, 1983.
- GORDON R., "Does the New Economy Measure up to the Great Innovations of the Past", Journal of Economic Perspective, 2000.
- HABERMAS, Jürgen , L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise, Editions Payot, Paris, 1978.
- , "L'espace public", 30 ans après ", Quaderni n.18, Automne 1992.
- , Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé, Editions Payot, Paris, 1978.
- HERSCOVICI, Alain, Globalização, sociedade "informacional" e universalização do mercado: elementos de análise, IX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Porto Alegre, junho de 2000.
- , Economia da Cultura e da Comunicação, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, Vitória, 1995.
- , " Informação, mercado e regulação macroeconômica. Estatuto teórico da Informação e função das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no capitalismo contemporâneo", Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n.7, dezembro 2000, Rio de Janeiro.
- , A informação e a comunicação no capitalismo contemporâneo, in Estudos de Sociologia, FCL-UNESP ano 5 n.9, 2. Semestre 2000Araraquara.
- , "Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade", in Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras, op. cit.
- , "Instabilidade, sistema de preços e instituições. Algumas considerações metodológicas", IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre, junho de 1999.

- , Les convergences technologiques: une analyse économique, Colóquio Internacional, "Economia das Tecnologias da Informação e da Comunicação", Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, novembro de 1997.
- , "Trabalho improdutivo e crescimento de longo prazo. Um modelo clássico de acumulação", in Revista de Economia Política, 3º trimestre 1996, São Paulo, 1996.
- , Les modifications de l'espace public Repères théoriques., Troisième Colloque Franco-Brazilien SFSIC/INTERCOM Aracaju (Brésil), Septembre 1995.
- , "A dicotomia Privado/Público na Economia da Cultura e da Comunicação: uma redefinição das relações entre o espaço público e o privado", in Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação, César Bolaño org. Intercom, São Paulo, 1995.
- HERSCOVICI A., Bolaño C., Mastrini G., "Economia Política da Cultura e da Comunicação: uma apresentação", in Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras, Maria Immacolato Lopes, Divina Frau-Meigs, Maria Salett T. Santos organizadoras, Intercom, Recife, 2000.
- JAKUBYSZYN, Christophe , "La nouvelle économie secrète monopoles et concurrents" Le Monde 9 janvier 2000.
- LE MONDE, Dossiers & Documents, Les clés de l'info, février 2001.
- LEVI-Strauss, Claude, Race et Histoire, Editions Denoël, Paris, 1987.
- LÉVY, Pierre, "A Revolução contemporânea em matéria de comunicação", Para navegar no Século XXI, F.M.Martins, J.M. da Silva, organizadores, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2000.
- MARSHALL, Alfred, Princípios de Economia, Abril Cultural, São Paulo, 1982, vol II.
- MARX, Karl, Contribution à la critique de l'économie politique, Editions Sociales, Paris, 1972.
- , Le Capital, Editions Sociales, Paris, 1972, Livros II e III.
- MICHALET, Charles-Albert , "La mondialisation, une dimension majeure de la nouvelle économie" in Espérances et menaces de la nouvelle économie, op. cit.
- MIÈGE, Bernard , Les industries du contenu face à l'ordre informationnel, PUG, Grenoble, 2000.
- MIÈGE Bernard, Pajon Patrick, "La syntaxe des réseaux", ", in Médias et Communication en Europe, sous la direction de Bernard Miège, PUG, Grenoble, 1990.
- MOSCO, Vincent , "Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique" in Réseaux volume 18 n.101/2000.